

Cimi repudia a criação do Calha Norte

Denys prefere não comentar críticas

A nota do Conselho Indigenista Missionário — CIMI — criticando o projeto Calha Norte, não mereceu qualquer comentário do secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. O general acredita que as críticas contra o Calha Norte decorrem da «falta de informações para entender melhor o projeto».

Denys, que elaborou o Calha Norte depois de uma conversa com Cláudia Andujar, presidente da Comissão de Criação do Parque Yanomami (CCPY), nega que o projeto tenha como objetivo a militarização da fronteira brasileira. «Foi a Cláudia quem me sugeriu colocar pelotões na fronteira para evitar a invasão das terras yanomami», disse o general, afirmando ainda que os pelotões de fronteira são uma tradição do Exército.

«Normalmente — disse o general — a presença brasileira nas fronteiras se faz através do Exército. Depois criam-se núcleos habitacionais. Nós temos vários exemplos disso». Entre os exemplos citados pelo chefe do Gabinete Militar se encontram as cidades de Porto Murinho (MS), Cucui (AM), Clevelândia (AP) e Tabatinga, no Amazonas.

«Menina-dos-olhos» do general Bayma Denys, o projeto Calha Norte foi denunciado há um ano pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que considera o projeto uma forma de afastar os lavradores das regiões de conflitos em vias de desapropriação. O general Denys nega esse caráter do projeto e reafirma que a Reforma Agrária, preferencialmente, vai assentar os lavradores nas áreas onde vivem.

Com 38 páginas, a exposição de motivos do Calha Norte foi aprovado pelo presidente Sarney em 19 de dezembro do ano passado e o general Denys ficou surpreendido porque os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* destacaram tanto o assunto. E afirma que o projeto não é apenas menina de seus olhos, «é menina dos olhos do presidente Sarney».

Itamarati explica motivo do projeto

O Itamarati não vê nenhum motivo de preocupação por parte dos países vizinhos do Brasil com a implantação, pelo governo brasileiro, do projeto denominado «Calha Norte». Com ele, o país pretende intensificar a ocupação de uma área na Amazônia Legal equivalente a 14 por cento do território nacional e que se estende por 2.500 quilômetros da fronteira com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O plano foi proposto pelo Conselho de Segurança Nacional e a idéia é de ocupar a região «sob o enfoque do desenvolvimento e segurança».

O plano, que começou a ser implementado recentemente, com a divulgação de uma dotação orçamentária de 99 milhões de cruzados para os primeiros trabalhos, acabou sendo divulgado pela imprensa e, ontem, o Itamarati procurou mostrar que em sua essência ele nada tem de grandioso ou de hegemônico.

Segundo o porta-voz do Itamarati, ministro Ruy Nogueira, «as matérias publicadas pelos jornais descrevem uma preocupação legítima do governo brasileiro no sentido de procurar ocupar os vazios demográficos e econômicos existentes em algumas partes de seu território. É uma preocupação legítima, e a idéia é de se implantar o projeto em cooperação com os países vizinhos, de maneira que possamos crescer juntos».

Dentre os objetivos principais do projeto figuram: aumento da presença brasileira, inclusive militar, na área; intensificação das relações bilaterais com os países vizinhos; ampliação da ação da Funai junto às populações indígenas; intensificação das campanhas demarcatórias de fronteiras e vivificação das estradas existentes na região.

Segundo um diplomata, através do «Calha Norte» o Brasil pretende povoar e desenvolver «a parte menos ocupada de todo o seu território» e um dos principais objetivos do grupo de trabalho encarregado do projeto é o de «não criar expectativas excessivas sem que houvesse recursos para implementá-las».

O diplomata lembrou que por detrás de tudo esteve a preocupação brasileira com o fato de que «sempre tivemos uma fronteira praticamente morta naquela área e agora ela se vivifica. Porém, isso é feito através do garimpo ilegal, do narcotráfico, contrabando de peles e não por meio de projetos econômicos. Agora, o que se pretende é modificar esse quadro».

Ele negou que o Brasil esteja iniciando a ocupação militar daquela área: «Achar que com o deslocamento de pouco mais de 400 homens para a região é ocupá-la militarmente me parece um exagero. Trata-se apenas de assegurar a presença supletiva do governo central na região que tem mais de um milhão e 200 mil quilômetros quadrados de extensão».

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Krautler, classificou ontem o projeto Calha Norte, desenvolvido pelo Conselho de Segurança Nacional, como o «golpe final que visa a extinção dos povos indígenas, consumando o holocausto iniciado há séculos». De acordo com o Cimi, a simples leitura do projeto, elaborado à revelia da sociedade, revela o caráter autoritário, imperialista e paranoico das concepções que o fundamenta.

O projeto, redigido há cerca de um ano, mas mantido fora do alcance da imprensa, das entidades civis e mesmo de certos escalões do Governo, diz respeito à área situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Nesta área, que corresponde a 14 por cento do território nacional, vivem cerca de 50 grupos indígenas, com uma população estimada em 80 mil indivíduos.

Examinando o projeto Calha Norte, o Cimi denuncia mudanças drásticas na política indígena da região Norte. Desde junho passado, o Cimi tem apontado as dificuldades opostas por setores do Governo, especialmente o Conselho de Segurança Nacional, à demarcação de áreas indígenas, em especial na Amazônia. Agora, com o Projeto Calha Norte, de acordo com o Cimi, fica claro que o Conselho de Segurança Nacional não pretende demarcar áreas indígenas em faixa de fronteira, em áreas consideradas demasiado extensas, próximas a cidades, cortadas por estradas federais e cortadas por rios navegáveis.

Pela atual legislação, não existe nenhum item que impessa a demarcação de território indígena em áreas de fronteira. Porém, conforme denunciou o Cimi, há muito o Governo vem evitando demarcações em tais áreas. No projeto Calha Norte, que segundo dom Erwin já está em execução, prevê-se a definição de uma política indigenista apropriada à região Norte, tendo em vista principalmente à faixa de fronteira.

O Cimi denunciou ainda que a pretexto de garantir a soberania nacional o Governo brasileiro vem implementando iniciativas de natureza bélico-militar, com investimentos no setor de aeródromo, construção e recuperação de cais e embarcações militares. Contudo, o Cimi lembra que não existe por parte da entidade e nem tão pouco dos povos indígenas da região nenhuma rejeição do princípio de manutenção das fronteiras. Apenas, conforme explicou dom Erwin, não se pode admitir que se use esse pretexto para aniquilar as populações indígenas.

Para dom Erwin, é lamentável que com a Nova República a política indigenista não tenha mudado em nada no que diz respeito à identidade cultural dos povos indígenas. Em nota divulgada ontem o Cimi revela que, «a nova» política indigenista da Nova República está destinada a consumir a velha aspiração dos setores mais retrógrados do país, que seria a extinção das comunidades indígenas e a liberação definitiva de suas terras em benefício da especulação ou exploração predatória».

“O fim das nações indígenas”

Eis na íntegra a nota distribuída pelo Cimi:

«A Nova República e a extinção dos índios da Amazônia»

«Desde junho passado, o Cimi vem denunciando as dificuldades opostas por setores do governo, especialmente o Conselho de Segurança Nacional, à demarcação de áreas indígenas, principalmente na Amazônia. Denunciou-se, também, a existência de planos de desenvolvimento secretos para a região, dos quais até há pouco somente se conheciam os nomes: 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia e Projeto Calha Norte.

«Analisando os poucos dados que vazaram sobre ambos os projetos, o Cimi manifestava sua preocupação com o futuro dos povos indígenas habitantes da Amazônia.

«Agora, as denúncias revelam-se tragicamente consistentes, com a obtenção do Projeto Calha Norte, somada a informações fornecidas por alta fonte governamental.

«Segundo estes dados, o Conselho de Segurança Nacional não pretende demarcar áreas indígenas nos seguintes casos: a) em faixa de fronteira; b) tratando-se de áreas consideradas demasiado extensas; c) áreas próximas a cidades; d) áreas cortadas por estradas federais; e) áreas cortadas por rios.

«Esses critérios têm sido a orientação de grupos de trabalho que estão atualmente na Amazônia, principalmente em Roraima, a pretexto de «regularizar» a situação das terras indígenas. De acordo com tais critérios o presidente Sarney e os ministros Ronaldo Costa Couto e Dante de Oliveira, ao assinarem o Decreto nº 93.148, de 20 de agosto de 1986, homologando a demarcação da terra dos índios Gavião, no Pará, subtraíram do território tribal, através do art. 3º, as faixas de terra correspondentes à linha de transmissão da Eletronorte, à estrada de ferro Carajás e à rodovia BR-222.

«Estas práticas explicam-se diante do conteúdo do Projeto Calha Norte, elaborado por iniciativa do general-de-brigada Rubens Bayma Denys, do CSN, com a participação dos ministros das Relações Exteriores, Interior e Planejamento. Toda a concepção do Projeto orienta-se no sentido da viabilização de grandes investimentos na Amazônia e da ocupação militar da região.

«Na exposição de Motivos nº 18, de 19 de junho de 1985, o general Bayma Denys já escrevera:

«Neste ponto, permito-me resumir, em

elenco, as necessidades fundamentais e imediatas, julgadas prioritárias por esta Secretaria-Geral:

a) incremento das relações bilaterais;

b) aumento da presença militar na área;

c) intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;

d) definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira;

e) ampliação de infra-estrutura viária;

f) aceleração da produção de energia hidrelétrica;

g) interiorização de pólos de desenvolvimento econômico;

h) ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

«O que já está sendo implementado, porém, são iniciativas de natureza bélico-militar, com vastos investimentos no setor de aeródromos, construção e recuperação de cais e embarcações militares. Surpreende a leitura das concepções que justificam tais providências, cujo alcance atinge as relações do Brasil com os países vizinhos, à total revelia do próprio Congresso Nacional.

«Quanto às populações indígenas, investe-se na estrutura da Funai e na contratação de mais funcionários. Ademais, prepara-se um texto específico «regulamentador» da demarcação de terras indígenas em faixa de fronteira, dado que a legislação atualmente em vigor nada opõe que se façam estas demarcações, que são inclusive exigência legal e constitucional. Na prática, porém, as demarcações estão totalmente paralisadas na fronteira.

«No texto anexo, encontram-se transcrições de trechos extraídos do Projeto Calha Norte, ilustrando os raciocínios que o fundamentam e o seu alcance, de extrema gravidade para os povos indígenas e demais segmentos da população amazônica, que destes projetos nada sabem, e deles não podem participar.

«Esta é, enfim, a «nova» política indigenista da Nova República, destinada a consumir velha aspiração dos setores mais retrógrados do país: a extinção das comunidades indígenas e a liberação definitiva de suas terras em benefício da especulação ou da exploração predatória.

O Cimi, como as próprias comunidades indígenas, não se opõe a providências dirigidas ao bem-estar da população amazônica e à guarda das fronteiras brasileiras. Não admitem, porém, que modelos autoritários de desenvolvimento sejam, mais uma vez, implementados às custas dos povos indígenas».

Idéia do Governo é ocupar a área

Com seis mil quilômetros de fronteira, entre o Oiapoque, no Amapá, e Jawareté, no Amazonas, o projeto Calha Norte, pretende afirmar a presença do governo brasileiro, numa região onde a demografia é uma das mais baixas do mundo, com menos de um habitante por quilômetro quadrado. São seis postos de pelotões de fronteira, envolvendo 240 militares, nesses quatro primeiros anos. O grupo de trabalho, que estudou o projeto foi dirigido por Andréa Calabi, do Ministério da Fazenda. O Calha Norte, quer também intensificar as relações comerciais com os países da fronteira: Venezuela, Suriname e Colômbia.

Publicado pelo *Jornal de Brasília*, em setembro de 85, e setembro de 86, o projeto Calha Norte vai avivar os marcos de fronteira em sua primeira fase, que se estende até 1990. Na segunda fase, o projeto pretende dar atenção às populações ribeirinhas da região amazônica, instalando postos de saúde, escolas e centros sociais.

Até agora já foram construídas pistas de pouso nas áreas de Surucucus, Tiriós, que serão usadas pela Funai, e o general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar, garante que o Calha Norte, ampliará a atuação da Funai nas áreas indígenas e não pretende militarizar a região, apenas aumentar a presença brasileira.